



REQUERIMENTO Nº 100 DE 2013
(Do Sr. JERÔNIMO GOERGEN)

Requer a realização de audiência pública para tratar das políticas de desoneração fiscal no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro com base no art. 58, § 2º, da Constituição Federal e no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se realize audiência pública para tratar das políticas de desoneração fiscal no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A crise econômica mundial dos últimos anos tem gerado dois efeitos no país: a desaceleração da atividade econômica e a implantação de políticas de desoneração fiscal. Essas políticas buscam amenizar os efeitos da crise.

O PIB brasileiro cresceu 0,9% em 2012, inferior às expansões de 2,7%, em 2011, e 7,5%, em 2010. De acordo com o Governo Federal, o impacto da crise internacional e o processo de ajuste de estoques na indústria foram determinantes para o resultado da economia no ano passado.

Diante dos efeitos da crise, o Ministério da Fazenda defende que medidas fiscais lineares não teriam os efeitos esperados e que vale mais a concessão de benefícios pontuais a setores envolvidos em longas cadeias de produção para preservar empregos.

Segundo dados do Ministério da Fazenda, o Governo Federal reduziu e, em alguns casos zerou, as alíquotas do IPI de automóveis e caminhões, de material de construção e de produtos da linha branca. Também reduziu a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de motocicletas.



Outros exemplos dessas políticas adotadas pelo Governo Federal são:

- A desoneração da folha de pagamentos de mais de 40 setores da economia;
- O programa de redução da tarifa de energia elétrica;
- A desoneração da cesta básica; e
- Medidas de estímulos ao setor do etanol.

No total, as desonerações tributárias em 2012 foram superiores a R\$ 40 bilhões e, para 2013, a previsão é que superem os R\$ 70 bilhões, quase 2% do PIB.

Entretanto, há setores das indústrias que questionam o modelo de desoneração adotado pelo Governo Federal. Tais setores reclamam que essas políticas de “bondades fiscais” se restringem a alguns setores específicos da economia escolhidos “a dedo”, enquanto outros são entregues à “própria sorte”.

Diante do exposto, é fundamental a realização de audiência pública com os setores do governo e com as categorias econômicas diretamente afetadas pelas políticas de desoneração fiscal. A audiência servirá para que os membros desta Comissão avaliem os resultados alcançados e proponham medidas para aprimorar essas políticas.

Para isso, contamos com a contribuição de setores envolvidos, sendo os convidados:

1. O Ministro de Estado do Ministério da Fazenda;
2. O Ministro de Estado do Ministério Desenvolvimento, Indústria e Comércio;
3. Representantes da Receita Federal do Brasil;
4. Representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
5. Representantes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
6. Representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

Desta forma, conto com o apoio dos pares para aprovarmos este
Requerimento.

Sala das Comissões, em de maio de 2013.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN
(PP/RS)